

-----**ACTA N.º 197**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
- 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
- 2.1 – Correspondência. -----
- 2.2 – Intervenções. -----
- 3 – Ordem do Dia. -----
- 3.1 – 1ª Revisão Orçamental; -----
- 3.2 – Mapa de Pessoal - Alteração; -----
- 3.3 – Empréstimo de 750.000€ - Autorização. -----
- 4 – Outros assuntos: Não foi apreciado qualquer assunto. -----
- 5 – Período destinado ao público. -----

----- Eram cerca das dezassete horas e vinte minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----

----- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros: -----

- 1) Albano de Amaral e Macedo; -----
- 2) Alexandre Fernandes Tavares; -----
- 3) António Fernando da Silva Dias; -----
- 4) António Nunes Tavares; -----
- 5) Belmiro Manuel Marques; -----
- 6) Cláudia Maria Rodrigues da Silva; -----
- 7) Claudino da Fonseca Soares; -----
- 8) David da Silva Alves; -----
- 9) Edgar Jorge Ribeiro da Silva; -----
- 10) Fernando da Silva Oliveira; -----
- 11) Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira; -----
- 12) Harolde Soares da Silva Balaias; -----
- 13) João Pereira Henriques; -----
- 14) Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; -----
- 15) José Dias da Silva; -----
- 16) José Loureiro dos Anjos; -----
- 17) José Luís da Silva e Almeida; -----
- 18) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; -----
- 19) José Tavares Batista Braga; -----
- 20) José Tavares Coutinho; -----
- 21) Júlio Martins Fernandes; -----
- 22) Manuel Henriques Soares; -----
- 23) Maria Elisabete Martins Henriques; -----
- 24) Nuno Miguel Matos Silva; -----
- 25) Rui Manuel Batista Rocha; -----
- 26) Severo Mendes Pereira; -----
- 27) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

----- Depois de realizada a chamada o Presidente da Assembleia Municipal comunicou que os membros António da Silva Ferreira e Paula Cristina Vaz dos Santos, tinham comunicado e justificado as respectivas faltas, por escrito. -----

----- Para além dos membros acima indicados, foi registada a falta de Rafael Ferreira Matos. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de: Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; João Miguel Tavares de Almeida, António Bispo Rodrigues e José Carlos Martins Ribeiro. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 196, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. -

----- Depois de apreciada a acta da sessão anterior a mesma foi aprovada, por maioria, com a abstenção do membro Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira, e os votos a favor dos restantes membros. -----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

-----1 - **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara** -----

----- O **presidente da câmara** disponibilizou-se para prestar esclarecimentos sobre os assuntos exarados no documento enviado aos membros, referente à comunicação escrita. -----

----- O membro Francisco Ferreira colocou apenas uma questão. Perguntou quais as medidas tomadas quanto à rede de cuidados continuados de saúde. -----

----- O presidente da câmara respondeu que para além do esforço efectuado pelo executivo para que o Serviço de Apoio Permanente funcionasse das 8 às 24 horas, foi apresentada uma candidatura pela APCDI, aprovada, com contrato de financiamento já celebrado para construção de um hospital de retaguarda. Mais referiu que estavam a envidar esforços para ser criado um Posto de Emergência Médica, bem como, para ser autorizada a instalação de uma farmácia na freguesia de Rocas do Vouga. -----

-----2 - **Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- **2.1 – Correspondência** – Não foi presente qualquer documento. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.3 – Intervenções.** -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Rui Rocha, Silvério Gomes, José Braga, Joaquim Zacarias, José Dias, Albano Macedo e Francisco Ferreira. -----

Rui Rocha: Solicitou esclarecimentos sobre o processo da Estação de Paradela, porque fora confrontado com uma notícia publicada no jornal e a Junta de Freguesia não tinha sido previamente informada oficialmente como deveria ter acontecido. -----

Seguidamente, na sequência da vinda do senhor primeiro-ministro ao concelho na semana passada, perguntou como foram feitos os convites. Isso porque foram convidados alguns presidentes de junta das Freguesias por onde passa o Rio Vouga. Informou que lhe transmitiram sobre a existência de locais da pista pedonal que oferecem perigo de derrocada e, em princípio, não estão sinalizados. -----

Por último, sugeriu a substituição das bandeiras na Ponte do Abade ou ser dada autorização às Juntas de Freguesia de Paradela e Pessegueiro do Vouga para colocarem uma bandeira de cada Freguesia em cada extremidade e o Município a substituição das demais. -----

Presidente da Assembleia: Disse que, antes de pedir ao senhor presidente da Câmara para responder às perguntas levantadas, diria apenas, como nota de rodapé, sobre a presença do primeiro ministro no evento onde também esteve presente que, só soube na véspera, através do convite enviado via fax pelo consórcio EDP e Martifer, para o senhor presidente da Câmara convidar o presidente da Assembleia Municipal, os seus vereadores e seus directores de serviço. Portanto, a organização do evento foi da responsabilidade das duas empresas. -----

Presidente da Câmara: Depois de lhe ser dada a palavra o presidente da câmara disse que, em relação a esse assunto, por sua iniciativa, chegou a solicitar se esta entidade poderia afixar avisos sobre a visita do primeiro ministro e outros membros do governo e a resposta dada era a de que não deveria colocar os avisos porque poderia afluir muita gente e o espaço não estar preparado para as actividades agendadas. -----

Em relação à Estação de Paradela, informou que eram dadas informações nas reuniões da Câmara Municipal sobre o andamento do processo e não sabia a qual notícia se referia o membro Rui Rocha. -----

Quanto à pista ciclável, disse que, na verdade, as intervenções que estão a ser feitas por um particular, naquela zona, originaram algumas queixas dirigidas à Câmara Municipal, as quais foram endossadas para a REFER, porque há intervenções que estão, supostamente, a lesionar o património da REFER. Transmitiu que o Município foi autorizado a fazer a via, mas o canal ferroviário é propriedade da REFER. Além do mais, foi alertado o Ministério do Ambiente (através do serviço de Aveiro) no sentido de verificar se tinha lá entrado algum pedido de licença. -----

Sobre as bandeiras, na Ponte do Abade, em Paradela e Pessegueiro, transmitiu que os presidentes de Junta estavam, desde já, autorizados a colocar as bandeiras da freguesia. -----

Silvério Gomes: Iniciou por dizer que não iria alongar muito a sua intervenção, centrada apenas em dois assuntos. -----

Contudo, algumas considerações, obrigatoriamente, teria de transmitir, relativamente às palavras do senhor presidente da Câmara Municipal na última sessão da Assembleia Municipal, quando respondeu à sua intervenção, referindo-se conforme consta na acta aprovada há pouco, que o executivo não ficava condicionado aos pedidos dos membros da Assembleia Municipal. Assim, disse frontalmente ao senhor presidente da Câmara Municipal que compreendia que a sua actuação não têm, forçosamente, de estar condicionada a nenhum elemento desta Assembleia Municipal. Todavia, também devia compreender que foram eleitos pela população e numa democracia representativa como é a nossa, os cidadãos esperam que quem elegeram os defendam. Como tal, o senhor presidente da Câmara certamente deverá ter, no mínimo, as suas palavras em devida consideração se, naturalmente, tais palavras não forem ofensivas nem falem ao respeito a ninguém e visem, tão-somente, os superiores interesses dos munícipes, como foi o seu propósito. -----

Após estas considerações, passou aos seguintes pontos e deixou as seguintes questões: -----

Estrada à frente da Igreja de Cedrim – disse que já tinha alertado na última Assembleia Municipal para o estado vergonhoso em que se encontrava toda a zona entre a igreja e o cemitério de Cedrim, perguntando se custaria assim tanto, fazer um muro que ligasse a igreja ao cemitério e que permitisse, sobretudo aos mais idosos, ir a um funeral? -----

Quanto à estrada que vai da igreja para baixo – ouviu dizer que as expropriações estavam todas feitas há meses, considerando curioso o facto de, no verão passado, as expropriações ainda não estarem concluídas e o empreiteiro ter começado aquela obra. Agora, que todas as expropriações já estão feitas, a obra não avança. Assim, questionou o executivo dos motivos para a obra estar parada. E para quando o seu recomeço? -----

Árvores em Carrazedo – começou por dizer que não sabia a quem deveria endereçar os parabéns por ontem, finalmente, terem procedido ao abate dos eucaliptos junto à E.N. 328, na entrada de Carrazedo. Sabia que era um assunto que se arrastava há meia dúzia de anos. O senhor presidente da Câmara disse, na última Assembleia, que este assunto estava nas mãos da Direcção de Estradas de Aveiro, pelo que o mérito deverá ser, neste caso, dessa entidade. Mas, agradeceu ao senhor presidente pelo seu empenho na resolução deste caso. Não entendeu, no entanto, o aparato policial que ali esteve com uma força musculada de brigadas de intervenção armadas e cães parecendo mais tratar-se de um ataque terrorista que de um simples abate de árvores. As árvores foram cortadas, o que o levou a colocar uma pergunta deixada a este executivo e com a qual terminou sua intervenção: O que vai ser feito no espaço onde as árvores foram cortadas? -----

Presidente da Câmara: Disse que mantinha aquilo que dissera e ficou em acta, porque quando referiu que “não é possível, face a todas as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, atendermos todo os pedidos”, pretendeu transmitir ser impossível satisfazer todas as pretensões. Continuou dizendo que, certamente, compreenderiam ser assim, porque todos os membros da Assembleia Municipal, na verdade, vão apresentando as suas reclamações e petições e é exactamente por isso que foram eleitos. Mas, não é possível satisfazer todos os pedidos no tempo desejado. -----

Em relação à estrada em frente à igreja – disse que havia um projecto da Junta de Freguesia para fazer lá uma intervenção não integrada naquela empreitada. -----

Na estrada em frente – disse que as expropriações foram realizadas para o projecto inicial. Contudo, a pedido da Junta de Freguesia, entendeu-se que podia melhorar o traçado, como já foi explicado e ter uma maior largura no sentido de permitir um estacionamento nos dias de maior trânsito, nomeadamente, nos dias de missa e festa. O que acontece é que, só agora foram conseguidos os acordos de aquisição de terrenos no sentido de colocar um perfil transversal maior. Disse que o empreiteiro já está informado e considerou que o recomeço dos trabalhos estará para breve. -----

Sobre o corte das árvores em Carrazedo – disse que de facto se tratava de um processo que já se arrastava há muito tempo. Transmitiu ter havido uma primeira tentativa para cortar as árvores e houve alguém que apareceu com um grande aparato (tractores e veículos) impedindo as entidades que lá estavam de cortarem as árvores. Tomou conhecimento que resolveram vir uma segunda vez e prevenidos, pois bloquearam tudo e não deixaram aproximar-se do local e conseguiram cortar as árvores. Agora, pretende-se que o EP autorize a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia a fazer o embelezamento daquela zona. -----

José Braga: Principiou a sua intervenção, voltando ao tema da visita do primeiro ministro ao concelho, mais propriamente, à freguesia de Couto de Esteves, para dizer que a visita de um primeiro ministro é sempre um acto de louvar e a população daquela freguesia deveria ter sido informada. -----

Seguidamente, apresentou algumas situações pequenas, que continuam por resolver, tais como, a substituição dos abrigos. Na última sessão falou-se de abrigos, limpam alguns, contudo continuam os dois abrigos na mesma. -----

Em Couto de Esteves, andaram a reparar as condutas de água, contudo aparece novamente alguma água no pavimento, junto à igreja e entrada da povoação, sugerindo que fosse substituída a conduta. -----

Em relação às entradas vedadas para o Rio Vouga, disse que andamos a falar desse assunto há muito tempo e com o problema por resolver, apesar de estarmos a aproximarmo-nos da época de verão. Sobre esse tema acrescentou que, se os terrenos têm dono, os proprietários devem provar a sua titularidade e, se comprovarem, deve a Câmara Municipal negociá-los, porque essa decisão favorecia o concelho. -----

Transmitiu que na estrada do Couto a Rocas, em Irijó, há duas curvas com um pequeno buraco, considerando dever-se às tampas de saneamento e poder provocar acidentes. -----

Continuando, referiu que já há muito tempo se falou da ponte do Couto onde há um desnível na estrada – acrescentando que só será arranjado quando abrir algum buraco e acontecer algum acidente. -----

Por último, referiu que em Rocas, consta-se que o município ainda não pagou os terrenos à Fundação, cedidos para a Zona Industrial de Irijó, para o alargamento da estrada de Rocas ao Couto, para o Jardim de Infância e para o edifício da Extensão de Saúde. Considerou que, numa altura de crise, a fundação também deverá ter problemas financeiros e o município deveria respeitar os compromissos assumidos e não ficar a dever à fundação por tempo indeterminado. -----

Presidente da Câmara: Começou por dizer que, em relação à primeira intervenção, em princípio, alguns membros presentes não compreenderam a explicação transmitida, ou seja, que o convite não foi feito pelo executivo. Esclareceu, novamente, que foi convidado na véspera, através do convite enviado via fax e assinado pelos responsáveis das duas empresas que vão construir as barragens. -----

Em relação aos abrigos, comunicou haver procedimentos a cumprir, estando certo que um será participado pela seguradora e o outro, certamente, pelo município.

Quanto à ruptura da conduta de água, em Couto de Esteves, disse que, certamente, os vereadores em exercício tomaram nota para ser solucionado esse problema. -----

Sobre as entradas do Rio Vouga, disse que toda a gente sabia e já foi aqui dito muitas vezes, que esse problema está dependente da decisão judicial. Mais referiu que já tinham sensibilizado os actuais herdeiros dos terrenos, no sentido de abrirem as cancelas com efeitos a partir da abertura da pesca. -----

Em relação à Fundação, disse falar-se muito sem conhecimento de causa, porque o terreno para a escola não está efectivamente negociado e é necessário fazer um loteamento que vai demorar algum tempo, para se legalizar a aquisição dos terrenos, quer da escola como do jardim de infância e da extensão de saúde. Contudo, fora paga à fundação a quase totalidade do custo de aquisição desses terrenos, tendo ficado apenas uma parte residual para ser paga quando for possível celebrar-se a respectiva escritura. Da Zona Industrial de Irijó, falta pagar o terreno de dois lotes, ainda não vendidos. De acordo com o protocolo celebrado entre as duas entidades, ficou o compromisso do município pagar o terreno quando fossem realizadas as escrituras de venda dos lotes. Contudo, a Câmara Municipal já deliberou no sentido de pagar o terreno correspondente aos dois lotes apesar de ainda não terem sido vendidos. -----

Joaquim Zacarias: Dirigindo-se ao presidente da câmara, disse: Senhor presidente, no estilo que diz já me conhecer, não queria deixar passar esta ocasião sem regressar à minha intervenção da última Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2008, dados os comentários que fez à minha intervenção de que não gostou, ficou perturbado e que foi motivo para que logo surgissem na imprensa local opiniões de quem, pelos vistos, de tudo percebe e não perdem tempo para virem logo em defesa do seu rei como agindo por conta. Se bem me lembro e tenho escrito não fui falacioso, não caluniei, não ofendi ninguém, não menti, não insultei ninguém, não sou vesgo, não sofro de miopia política, não ando distraído, não sou inconsciente ou rebaixista, não sou compadre do presidente e o meu coração e a minha razão, sabem, há muito, do que falo. Sei que a verdade, por vezes, dói e, como disse, eu ajudei à festa durante esses anos todos, fi-lo no espírito de solidariedade institucional sem nunca deixar de questionar nesta Assembleia Municipal tudo o que fosse questionável. É um princípio democrático de que não abduco, nem que fosse para me sentar à mesa do orçamento como muitos fazem. É notório que a lei da rolha começa aqui e ali a fazer novamente escola, mas em questões sobre a vivência da verdade, a mim, ninguém me cala, até que a voz me doa para que Sever do Vouga não saia dos trilhos da democracia e não continue adiado. Se algo mais desconfortável lhe acontece, é, em minha opinião, fruto de um clima de suspeição e falta de confiança que, após tantos anos no poder, deixou criar à sua volta, do que resulta uma notória falta de controle que redunde, cada vez mais, num “*laissez faire, laissez passer*”. O poder, senhor presidente, conquista-se dia-a-dia e não é uma meta, mas um meio para elevar a democracia. O poder é do povo e um político digno do nome nunca deve sucumbir à tentação de tudo tentar dividir para calar e subjugar. É triste, mas é verdade. Em Sever do Vouga, o CDS quase não existe, o PS quase desapareceu e o PSD vive momentos de grande turbulência. E de quem é a culpa, senhor presidente? A democracia não pode sobreviver rendendo-se ao culto e ao poder eternizado de uma qualquer personalidade. Temos que banir, de uma vez por todas, a lei de que *le roi c'est moi*. Sei que não gosta de oposição e, muito menos, dos que lha fazem neste momento. Mas, temos-lhe dado o benefício da dúvida em vários projectos e acções que não foram além de meras intenções. Que mais quer? Que nos calemos como fizeram os outros? Era só o que faltava. Aliás, ficou provado na última Assembleia Municipal serem os independentes a única oposição credível. Senhor presidente e, permita-me, camarada Manuel Soares, já que falo de democracia, partidos e políticos, sabendo que o primeiro ministro de todos os portugueses esteve dois dias em visita ao nosso concelho, por que carga de água é que já é a segunda vez que ele passa por cá como se de um foragido se tratasse? O senhor não confia nele, ou é ele que não lhe liga nenhuma? Ou são as duas coisas? Absolutamente lamentável. E, depois, queremos ter peso político. Com esta falta de prestígio e com esta eterna vitimização. -----

Posto isto, salientou algumas questões: uma partiu da leitura da sua comunicação escrita a esta Assembleia Municipal. Assim, sobre a Vougapark que, na informação escrita, aparece bastante vincada através das menções - “acreditação da Vougapark como entidade formadora”, “o projecto Vougapark assume-se essencialmente como projecto de âmbito regional”, depois, mais à frente, “a visão estratégica deste projecto” e “à medida que este projecto se tem desenvolvido”. Isso para dizer que se fala muito do projecto e queria solicitar ao presidente da Assembleia Municipal que requeresse, junto do senhor Presidente da Câmara que é ao mesmo tempo presidente conselho de administração da Vougapark, o estudo de viabilidade

económica da empresa municipal, porque são apresentados vários projectos, várias intenções de projecto, mas não foi apresentado qualquer estudo de viabilidade económica. -----

Seguidamente, questionou em que ponto estavam os projectos de saneamento para as várias freguesias, designadamente, para Talhadas. -----

Atendendo aos momentos de crise económica, desejando que não fosse muito elevada neste concelho, sugeriu ao senhor presidente da Assembleia Municipal, ao senhor presidente da Câmara e a esta Assembleia, que fosse promovida a criação de uma bolsa de apoio a eventuais famílias carenciadas que possam surgir, fruto da crise que assola o país. A bolsa poderia ser composta por géneros e, eventualmente, por apoio monetário. -----

Seguidamente, perguntou se não havia um espaço público entre o rio Vouga e o canal ferroviário ou a EN16, sugerindo que fosse questionado o Ministério do Ambiente (delegação de Aveiro). -----

A seguir, perguntou qual o ponto de situação do projecto de embelezamento do Bairro da Bela Vista, sabendo que estava à espera de um financiamento, mas desejava saber se havia alguma resposta quanto à aprovação da candidatura apresentada, porque os espaços públicos do bairro carecem dessa intervenção. Também perguntou sobre a intervenção de recuperar e embelezar o talude junto ao complexo habitacional, abaixo das garagens. -----

Aproveitou para transmitir que a estrada da Senhorinha à Zona Industrial, bem como, algumas transversais estão com o piso muito degradado e a necessitar de uma beneficiação. -----

Voltou a apresentar de novo o pedido de colocação de um ecoponto no largo da Póvoa de Cima. -----

Transmitiu ter visto, há dias, um acumular de lixo inusitado junto aos contentores em Sever do Vouga. Solicitou explicação sobre o motivo desse facto. -----

Perguntou, qual o ponto de situação do espaço em frente ao antigo grémio, porque se apresenta necessário para quem vai usufruindo do espaço comercial envolvente. Voltou a falar sobre a necessidade de ser removido um barco a apodrecer na praia fluvial e que causa mau aspecto para as pessoas que visitam o concelho, aproveitando para dizer que os acessos aos monumentos megalíticos estão uma vergonha. -----

Por último, relembrou o projecto “Polis Litoral Ria de Aveiro” com dois projectos para Sever do Vouga: a Estação de Paradela e o Cais da Praia Fluvial, para dizer que faria votos e no local próprio insistiria na parte que lhe dizia respeito, no sentido de serem concretizados. -----

Presidente da Câmara: Respondendo à intervenção de Joaquim Zacarias, disse que, em relação à primeira parte, já nem sabia o que é devia dizer, porque não foram formuladas perguntas, apenas e somente ataques pessoais. -----

Quanto à equiparação a rei, disse não o ser, mas se entendia que fosse, agradecia a condecoração. Em relação às expressões “lei da rolha” e “suspeição” respondeu que, a exemplo daquilo que alguns vereadores fazem, gostava que esclarecesse qual era esse clima de suspeição, porque sabia qual era o único interesse que tinha, ou seja, dentro das suas possibilidades, fazer aquilo que podia. E quem quisesse poderia desencadear uma fiscalização ao seu património. -----

Além do mais, sobre a afirmação de “calar”, respondeu que cada membro fala o que quer e nem se intrometia nas intervenções. Aliás, se calhar, era acusado por muita gente de ser simplório demais E de conversar com toda a gente, de atender toda a gente da mesma maneira, tanto fossem amigos como inimigos, oposição

como não oposição e, portanto, achava que não tinha qualquer fundamento esse tipo de afirmação. Mas, porventura, se tivesse prejudicado alguém, fê-lo sem qualquer intenção. -----

Em relação ao primeiro-ministro, lamentou que desejasse ter estado presente mas, como disse, não iria perder mais tempo com a vinda do senhor primeiro-ministro, porque quando vier a Sever do Vouga a convite da Câmara Municipal teria todo o gosto em convidar toda a gente. -----

Quanto à afirmação “não temos peso político”, disse que, em princípio, tinham mais do que alguns que marcam reuniões e depois são recebidos pelos secretários. Acrescentou que o “peso político” se via em projectos como o do Polis, onde foi necessário um grande empenhamento do executivo para o Município de Sever do Vouga integrar os municípios abrangidos. -----

Mais disse, não querer perder muito tempo com a primeira parte da intervenção, porque a do dia dezanove de Dezembro de 2008, veio na sequência de uma outra intervenção realizada numa sessão anterior, em que a seriedade política foi pouca, quando lançou o valor de trinta milhões em gastos e, nesta última, cinco milhões em custos suportados nalguns eventos, realizados durante vários anos, quando os orçamentos da autarquia estavam longe da execução destes últimos anos e a contabilidade apurou uma valor de cerca de dois milhões e meio, incluindo outras actividades, tais como, as iluminações de natal, o passeio dos idosos, as festas de natal das crianças do primeiro ciclo e a dos funcionários. -----

Posto isto, respondeu às questões apresentadas. -----

Acerca da Vougapark, disse que não iria apresentar o historial do processo. Mas, teve de ser redireccionado, embora mantivesse a componente da formação, estava a ser ajustado a outras vertentes, adaptadas à nova realidade e às novas regras dos fundos comunitários. A obra, em si, estava a demorar porque o processo de adjudicação estava a decorrer e era um procedimento moroso. -----

Em relação ao saneamento, informou terem apresentado candidaturas ao QREN, mas a CIRA vai ter de se pronunciar porque poderia fazer parte de uma solução integrada e estão a pedir para não serem desencadeados projectos isoladamente. No mesmo processo serão apresentados os projectos de Paradela e das outras freguesias porque os sistemas não são do Município. -----

Sobre a crise económica disse, e bem, Joaquim Zacarias que, eventualmente, chega mais tarde a estes concelhos e às micro e pequenas empresas, porque nas grandes empresas o problema repercutiu-se mais cedo. Informou que os serviços sociais estão em alerta e a trabalhar, neste momento, para serem mantidos os apoios às componentes familiares, se necessário, após o termo do ano lectivo. -----

Quanto à questão da área do leito do rio, disse que terá de ser colocado pedido ao Ministério do Ambiente, embora parecendo-lhe que não abrangia qualquer área adjacente, pelo menos nos rios não navegáveis nem flutuáveis. -----

Relativamente ao Bairro da Bela Vista, disse ter razão, mas o projecto foi integrado na candidatura da regeneração urbana e aguarda-se a decisão de aprovação. Contudo, havia um projecto aprovado para a execução de um court de ténis que vai embelezar uma parte daquela zona. -----

Quanto aos taludes em frente do Complexo, solicitou aos vereadores para anotarem o pedido. -----

Sobre a Estrada da Senhorinha, disse ter razão, mas o estado do piso devia-se, em parte, à substituição das condutas, porque havia sítios que ainda eram em fibrocimento. Acrescentou que estava a decorrer um processo de adjudicação de

uma empreitada de rectificação do piso naquela estrada, decorrente do accionamento da garantia. -----

Seguidamente, informou que havia muitos pedidos para a colocação de ecopontos. Mais disse que a colocação de mais ecopontos dependia de um estudo que estava a ser realizado pela empresa ERSUC, que tem vários critérios de atribuição. -----

Sobre o lixo acumulado, disse ter resultado de uma avaria no camião do lixo e nem sempre era conseguido contratar os serviços das empresas que prestam esse serviço. -----

Em relação ao espaço em frente ao grémio, disse que foi modificada a constituição das competências na Direcção de Estradas e o director é simultaneamente responsável pelos distritos de Aveiro e Porto. Portanto, o processo estava em apreciação, bem como, outros pedidos apresentados, tais como, o do acesso aos terrenos onde se pretendia ampliar a Zona Industrial dos Padrões.

Sobre o projecto POLIS, informou que no próximo dia dez de Fevereiro, viria a Sever do Vouga a equipa do POLIS com técnicos da Parque Expo para trabalhar já nos projectos que dizem respeito ao concelho de Sever do Vouga. -----

José Dias: Sugeriu que, em relação às escolas desactivadas deviam ser retirados os processos dos alunos ou, então, entregues aos próprios alunos. Isso porque, ainda há dias, uma pessoa comentou que não tinha gostado de ver alguém com o seu processo. -----

Albano Macedo: Durante a sua intervenção abordou vários temas, nomeadamente que, em ano de crise profunda e grandes dificuldades económicas impõe-se perguntar: o que podem fazer as autarquias para aliviar as carteiras dos munícipes e minorar o impacto da recessão a nível do tecido empresarial? Baixar os impostos directos, casos do imposto municipal sobre os imóveis, a derrama ou a participação em IRS, por exemplo? Será uma das respostas possíveis. Fora destes impostos, têm sido defendidas outras soluções para reduzir o impacto da crise. Algumas têm sido implementadas pelos executivos, outras são defendidas pela oposição, mas sem encontrar aceitação junto de quem decide. É o caso da criação de tarifas reduzidas na água e saneamento para agregados familiares numerosos ou com baixos rendimentos, é a redução dos custos de licenciamento, é a redução de taxas de serviços públicos para a abertura de comércio ou indústrias, incentivos a jovens casais, ou encurtar os prazos médios de pagamento das autarquias a fornecedores e a pequenas empresas locais. Mas, o pior é que a crise começa a ceifar postos de trabalho um pouco por todo o país e à medida em que os dias passam, a consciência de que a palavra crise não serve somente para abrir noticiários e encher os rodapés das televisões, ganha força. A tão badalada crise que parecia estar tão distante de nós, não sendo velho do Restelo, nem ovelha negra, faço publicidade ao novo bar do nosso ilustre colega autarca, não se reflecte somente nas bolsas de valores, no BPP ou no BPN. Chegou à economia real, às casas, ao emprego e até à lista do supermercado. E isto tem reflexos em toda a vida comunitária. Cortam-se ciclos de fluxos económicos e financeiros entre os diversos intervenientes da sociedade. O patrão não recebe, não paga ao trabalhador, este não paga à mercearia, não vai ao supermercado, não compra no comércio local, estes, por sua vez, não vendendo também não compram, não pagam aos fornecedores, instala-se o caos, depois quem sofre? Os agregados familiares que todos nós conhecemos, as crianças e os idosos que não têm apoio nem carinho e agora começam a não ter o pão, são estes os principais e primeiros sacrificados da crise. Por isso, é urgente unirmos esforços, todos sem excepção, sob pena de sermos acusados, a curto prazo, de sermos os carrascos desta geração. Sermos julgados no tribunal da moralidade por inércia

perante estes problemas. Todos nós, ilustres membros desta autarquia, temos condições de vida, mas existem muitos dos nossos irmãos que não têm pão, e mais, têm vergonha de o dizer ou de o manifestar. Vamos todos pôr a mão na consciência de autarcas e tentar unir esforços para ultrapassar esta crise. As autarquias do concelho, desde as juntas de freguesia à câmara municipal garantem que se tem registado uma maior procura dos serviços de apoio e de acção social. Qual deve ser o papel das autarquias em épocas de crise como esta? Pouco podem fazer as autarquias para minorar os efeitos das dificuldades financeiras. Não me parece justo que, diminuir os impostos para cobrir toda a população, quando há pessoas com posses para pagar, seja o ideal. O nosso caminho deve ser diferente. É analisar caso a caso e isentar aqueles que, de facto, não podem pagar. É no plano social que a autarquia deve, actualmente, concentrar esforços. Manter ou aumentar o apoio social na área da alimentação, do ensino e da habitação. Apostar, também, no apoio aos idosos que vivem em situações de carência alimentar. Sabemos, também, que as despesas de saúde levam grande parte dos rendimentos das famílias. Por isso, devemos criar ou ter um *plafon* para compartilhar os medicamentos das famílias mais carenciadas. O cartão do idoso é outra das medidas que a autarquia deve implementar com descontos no comércio local. Todos sabemos que a autarquia é o último reduto e tábua de salvação destas famílias carenciadas. A crise económica está a levar centenas de munícipes a recorrerem à câmara e às juntas para pedir emprego ou ajuda para pagar as contas. Estes pedidos de emprego não são feitos no âmbito do fenómeno da cunha, mas por pessoas que necessitam de uma oportunidade de serem ajudadas, nomeadamente, jovens licenciados. Os serviços autárquicos têm de criar uma nova consciência e uma nova filosofia de trabalho. Devem aconselhar, agilizar, estar ao serviço do apoio aos munícipes. Munícipes que deixam de pagar a conta da água ou que pedem para fazê-lo a prestações, deve ser apresentado e deferido de imediato e autorizado pelos serviços municipais. Não é qualquer um que se verga a esta situação. Não podemos chegar ao caricato de, perante o pedido de informação sobre facturas em duplicado de sete euros e meio de taxa de resíduos sólidos dizer que não está cá a funcionária depois de muita espera e aconselhar o utente a vir noutro dia, isto não pode ser. Deveria ser dinamizado um serviço de atendimento social integrado que vise congregar e estruturar o apoio social feito por todas as entidades locais. Outra medida, poderia ser criar um programa de melhoria de habitação para pequenas obras de restauro em casas de pessoas com capacidade financeira baixa ou de idosos inválidos. Vamos entrar num período de campanha, ou pré-campanha, para actos eleitorais. Mas, temos de encontrar uma nova filosofia para o poder autárquico e uma nova pedagogia da função de todo os égides? As autarquias deverão ser, antes de mais, instrumentos de dinamização colectiva despindo-se, progressivamente, da sua capa de honras, de autoridade delegada. A autarquia deve ser, antes de mais, o povo unido à volta dos seus. Bem sei que, principalmente na função pública, o termo agilização de processos, aconselhamento é um caso muito difícil, pois parece que o lema é mais, quanto mais burocracia e papéis, melhor, pois assim parece que se trabalha mais. As repartições do Estado são, por vezes, um maior entrave às iniciativas socio-económicas. É a escritura que não se consegue porque faltou o papel “x”, é o espectáculo que não se realiza porque a sala não está aprovada ou regras de segurança proibitivas, é a licença camarária que depende da prova de propriedade, são as obras simples que exigem arquitectos e engenheiros e construtores com alvará, são os serviços técnicos que só servem para fiscalizar em vez de darem conselhos, apoio e mesmo participação em projectos de interesse.

Enfim, o infinito calvário à volta de repartições, que todas reivindicam ferozmente a sua competência mas levam tempo a exercê-la. Para uma nova mentalidade autárquica, muito haveria ainda a fazer. Mas como passo inicial de uma nova filosofia, começaria por sugerir uma iniciativa que não custa dinheiro nem depende do poder central. Apenas isto: que as câmaras e as juntas de freguesia iniciem uma transformação cultural, deixando de se assumir como autoridades públicas fiscalizadoras e passando a assumir-se como delegados do povo para fazer avançar as iniciativas dos cidadãos e orientá-los para novas iniciativas. Estou certo de que as autarquias passariam a ser vistas com outros olhos e que, pouco a pouco, as crispções partidárias dariam lugar a uma convivência mais sã e mais dinâmica. ---

Presidente da Câmara: Solicitou a palavra para apresentar duas ou três observações. Em relação à sugestão dada pelo membro Albano Macedo disse que já tinham falado sobre esse assunto há bocado. Isso, para comunicar que os serviços sociais estão a estudar essa matéria, para serem desencadeadas duas acções, uma delas que passaria por envolver o agrupamento de escolas para articularmos com os professores e aferir situações mais complexas que possam ocorrer com as crianças que andam no pré-primário e no primeiro ciclo. Contudo, disse desejar que ainda não estivesse a acontecer em Sever do Vouga aquilo que já acontece em muitos concelhos, onde a refeição dada na escola é a melhor refeição do dia. Senão, a única que muitas crianças comem durante o dia. Voltando a referir que esperava que isso não estivesse a acontecer. Portanto, estavam a fazer esse levantamento com o agrupamento de escolas, para ser feita uma reunião, com os representantes das IPSS's do concelho no sentido de, sobretudo, em relação aos idosos, saber quais são as situações graves que possam estar a ocorrer ou que possam vir a ocorrer, de modo a criarmos um plano de auxílio a essas pessoas. ---- Em relação às taxas, temos que analisar as disponibilidades da autarquia para serem auxiliados aqueles que mais precisam. Poderá haver um estudo em relação a algumas taxas. -----

Mais transmitiu que o órgão executivo decidiu não aumentar as taxas de urbanismo. -----

Sobre o último tema, disse que a autarquia está a modernizar os serviços, com vista à desmaterialização e, sobretudo, para reduzir a burocracia nos licenciamentos. ----

Francisco Ferreira: Dirigindo-se ao presidente da câmara municipal, disse: ----- Senhor presidente, três aspectos distintos que queria abordar. Um dos aspectos tem que ver com esta última intervenção da bancada do partido socialista que ouvi com grande atenção e que, em muitos aspectos, concordo e é caso para dizer mais vale tarde do que nunca. De facto, muitas das medidas com que falou e que, me parece, concordar, é pena só serem faladas agora quando a crise está mais do que instalada. Lembro que, tanto o CDS como tantas outras pessoas aqui nesta Assembleia propuseram que não houvesse a taxa da derrama ao longo destes anos que aqui temos estado. E lembro que o CDS propôs, logo no início do mandato, que, por exemplo, a tributação das famílias numerosas tivesse em conta esse mesmo aspecto. Talvez agora, com a crise instalada, essa proposta volte a ser aproveitada pelo executivo e que o executivo volte a ter isso em consideração. -----

Segundo aspecto, e muito brevemente, sobre a polémica da vinda do senhor primeiro-ministro a Sever do Vouga: -----

Senhor presidente da assembleia municipal, parece-me que o problema não é nem de V. Exa., nem do senhor presidente da Câmara Municipal. De facto, o convite não foi institucional. Agora, também me parece que, do ponto de vista político, temos que tirar algumas ilações destas circunstâncias. Isso porque, V. Exa. refere e

exibe o documento que mandou o convite e nem sequer dizem quem vem e quem não vem. O senhor presidente da Câmara diz que é avisado à última da hora e que até ficou um bocadinho atrapalhado a perceber bem, afinal de contas, em que termos é que isto se passava e o mesmo terá se passado em autarquias do distrito. Senhor presidente, isso convoca-nos e deve convocar um sentido crítico porque os órgãos deste município merecem outro respeito. Merecem outra consideração. De quem convida, da forma como convida, porque há um protocolo do estado que deve ser cumprido e, por outro lado, também nos convoca para fazer uma selecção, estamos há quatro anos, estamos no final do mandato, o governo está no final do mandato, é de registar as palavras do senhor presidente da Câmara durante estes quatro anos, nunca foi visto aqui tamanha comitiva do governo e, se calhar, era bom que viesse. Pelos vistos não vêm a Sever do Vouga, como também aos outros municípios e vêm quando a EDP ou a Martifer os chama. E vêm em grandes comitivas. Talvez não fosse má ideia o senhor presidente da Câmara convidar algum membro do governo a vir, porque não há nada como o governo central se aperceber dos problemas do terreno e deveriam vir, portanto, isso convoca-nos para esse sentido crítico que eu julgo deveremos ter. Tal como devemos ter e, aí acompanho as palavras do senhor presidente da Câmara, já acompanhei uma vez quando, nesta Assembleia convocou a Lei das Finanças Locais e o Orçamento do Estado que, de facto, veio, em muito, agravar a situação dos municípios e o CDS, numa altura, aplaudiu e até convidou o senhor presidente a propor uma moção nesse sentido e, também, registo com agrado a crítica que faz ao estado da justiça, à lentidão da justiça a propósito da providência cautelar. Lembro ainda que, a propósito da questão do mapa judiciário, já na altura se levantou aqui a questão, ficou-se de apresentar a questão do mapa judiciário implementado e já será tarde para fazer-se qualquer coisa em relação a isso. -----

Finalmente, e para uma questão mais em concreto, entrou em vigor a Lei 8/2009, no dia 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais da juventude, o que obriga a Assembleia Municipal a aprovar os respectivos regulamentos e a eleger os respectivos membros. Há um prazo para isso e, portanto, o CDS propunha que se agendasse esse ponto de forma a cumprir a lei, sendo que a lei referir que há um prazo máximo de 6 meses para isso ser feito. Fica esta deixa para, pelo menos, ser agendado esse ponto na próxima sessão. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Transmitiu que desejava transmitir duas observações: Quanto à Lei 8/2009, agradeceu e fica já prometido que será agendado para a próxima assembleia que será, forçosamente, em Abril, o tema sobre a apreciação das alterações a introduzir no regulamento do Conselho Municipal da Juventude; Quanto ao mapa judiciário, transmitiu que não havia grande coisa a mudar em relação ao que estava previsto, porque o juízo da Comarca de Sever do Vouga, aparentemente, terá melhorado, porque vamos ficar com dois juízos – o de pequena e média instância cível e o da pequena e média instância criminal. -----

Presidente da Câmara: Depois de ter sido dada a palavra ao presidente da câmara, disse que, em relação à derrama, o imposto só era pago por sociedades com elevados ganhos. Em relação às outras tributações, tais como, as taxas dos licenciamentos, comparativamente às praticadas noutros concelhos, são taxas muito reduzidas; as tarifas de água são muito baixas para os escalões mais reduzidos, não vislumbrando qualquer impacto na sua redução. -----

Em relação à vinda do primeiro-ministro disse não saber o que poderia acrescentar mais, a não ser que veio para a apresentação de projectos que serão executados por empresas privadas e que organizaram a sua vinda aos concelhos visitados. -----
Sobre o mapa judiciário disse que, na verdade, quem tomou posição e para ter maior força foi a CIRA, onde se tomaram uma série de posições em relação ao mapa judiciário e, diga-se a bem da verdade, que a versão final melhorou, para a maioria dos concelhos, em relação àquilo que era a versão inicial, valendo a pena ter-se tomado essa posição porque houve melhorias substanciais. Apesar de não termos aqui alguns juízos especializados, vamos tê-los em concelhos próximos. ----
Por ultimo, quanto ao conselho municipal da juventude, disse ter tomado conhecimento desse diploma e sobre a necessidade de serem feitas algumas adaptações ao actual regulamento e composição do conselho. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

3.1 – 1ª Revisão Orçamental: - Depois de prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 1ª Revisão Orçamental de 2009, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 2.265.000,00€ (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil euros), o Orçamento de Despesa com um reforço de 2.393.450,00€ (dois milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta euros) e anulações num total de 128.450,00€ (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta euros), o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 2.085.250,00€ (dois milhões, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros) e o Plano de Actividades com um acréscimo de 125.700,00€ (cento e vinte e cinco mil e setecentos euros). -----
Este documento foi aprovado, por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos membros Albano de Amaral e Macedo; Alexandre Fernandes Tavares; António Fernando da Silva Dias; António Nunes Tavares; Belmiro Manuel Marques; Claudia Maria Rodrigues da Silva; Claudino da Fonseca Soares; David da Silva Alves; Edgar Jorge Ribeiro da Silva; Fernando da Silva Oliveira; Harolde Soares da Silva Balaias; João Pereira Henriques; Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; José Dias da Silva; José Loureiro dos Anjos; José Luís da Silva e Almeida; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; José Tavares Batista Braga; José Tavares Coutinho; Júlio Martins Fernandes; Manuel Henriques Soares; Maria Elisabete Martins Henriques; Nuno Miguel Matos Silva; Rui Manuel Batista Rocha; Severo Mendes Pereira; Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes e a abstenção do membro Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira. -----

3.2 – Mapa de Pessoal - Alteração: - Este assunto foi adiado para a próxima sessão, atendendo ao facto de não ter sido enviado o documento aos membros. ----

3.3 – Empréstimo de 750.000€ - Autorização: - O presidente da câmara apresentou a proposta aprovada pelo órgão executivo sobre o pedido de autorização para o Município de Sever do Vouga contratar um empréstimo de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros) ao abrigo do “Programa de Regularização de Dividas do Estado”, regulamentado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro. No caso de ser autorizada a contratação do empréstimo, a Caixa Geral de Depósitos financiará 450.000,00€ e os restantes 300.000,00€ serão emprestados pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Após a apresentação da proposta e de terem sido dadas algumas explicações sobre este processo e respectivas vantagens, o presidente da

assembleia abriu um período de intervenção, onde se inscreveram os seguintes membros: -----

José Luís: Disse que as dívidas têm-se arrastado ao longo dos anos e, pela primeira vez, um governo da república teve a iniciativa de enfrentar o problema para tentar resolvê-lo. Alguns responsáveis governamentais falam deste assunto como se fosse responsabilidade do governo actual, o que é fácil de provar que não corresponde à verdade. Deviam era olhar para o exemplo que agora é dado e que não deram quando eram responsáveis governamentais. Todos nos recordamos de nos apontarem, como exemplo a seguir, países como a Irlanda, Islândia e outros que agora enfrentam dificuldades económicas gravíssimas e sabe-se que, agora, os mesmos reconhecem falhas de análise económica. Comprova-se assim, que não há fórmulas mágicas para resolver os problemas que a nossa sociedade globalizada enfrenta e não se vislumbra nenhum país na Europa, na América ou Ásia, que estejam a usar estratégias que estejam a dar resultados cem por cento seguros. Perante esta crise mundial, o governo português decidiu, e bem, procurar agilizar o pagamento das suas dívidas, o que injectará muita liquidez nas nossas empresas e estas na sociedade em geral. Terminou, congratulando pelo facto do nosso município se poder candidatar ao programa por reunir as condições definidas na lei, o que não está ao alcance de todos. Pois, dos 308 municípios no país, apenas cerca de 70 reuniam os requisitos definidos na lei e dos 1.200 milhões de euros disponibilizados, menos de metade foram atribuídos havendo, até, uma segunda fase de candidatura a este programa. Sabemos que este empréstimo terá que ser pago, mas sê-lo-á de uma forma mais favorável ao Município e trará benefícios imediatos a quem prestou serviços ao nosso concelho e espera o seu pagamento sendo esta uma das formas que parecem mais correctas de ajudar a combater os efeitos da falta da liquidez das empresas, porque a transferência de dinheiro para as empresas acaba por se reflectir no dia-a-dia das pessoas. Por último, considerou que este pedido de autorização de empréstimo deve ser aprovado por esta assembleia municipal. -----

José Braga: Transmitiu que, o grupo de independentes vai abster-se neste ponto, subscrevendo, na íntegra, a declaração de voto dos nossos vereadores, apresentada na reunião da Câmara Municipal onde foi apreciada e discutida esta proposta, por uma questão de solidariedade, para que não conste que os membros da assembleia não estão em sintonia com os vereadores do mesmo grupo. -----

Joaquim Zacarias: Disse ter registado a intervenção política que aqui foi feita anteriormente. Mas, bom era que não fosse necessário recorrer a qualquer empréstimo. Dado que isso não se verifica, também queria sublinhar aqui que não deve ter sido casual o aparecimento destes empréstimos em ano eleitoral e, em terceiro lugar, corroborando com aquilo que os vereadores independentes disseram na Câmara Municipal e explicitam na declaração de voto, iria abster-se, referenciando ou querendo, eventualmente, acrescentar aqui que, este empréstimo, no caso de haver dívidas para com a Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, também fosse parte beneficiada com este empréstimo de 750.000€. -----

Francisco Ferreira: Dirigindo-se ao presidente da câmara disse que, depois de ouvir atentamente as suas explicações sobre esta matéria, lhe parecia ser pacífico, julgando que ninguém discordaria disso, ou seja, que o estado e as autarquias em concreto, devem pagar a tempo e horas. A questão aqui, em concreto, e que gostava que fosse esclarecido, se possível, era que, efectivamente, a dita listagem não foi fornecida aos membros da assembleia municipal. Portanto, não sabemos, afinal de contas, quem são esses fornecedores, qual é o prazo e os montantes em causa.

Assim, por um lado, pediu que fosse fornecida a listagem com os fornecedores, montantes e prazos e que, para além disso, fosse informado se este empréstimo vai, efectivamente, permitir regularizar a totalidade dos fornecedores ou apenas parte desses fornecedores. Se for para regularizar a totalidade dos fornecedores, perguntou ao presidente da câmara qual era o prazo que podemos esperar, a partir do momento em que isto seja aprovado, para que a regularização seja concluída. Se fosse só para regularizar só uma parte, gostaria de perceber qual vai ser o critério para a escolha dessa parte – se vai ser por antiguidade, montante ou outro critério. Por outro lado, não estava a ser esclarecido neste documento, como se percebe, porque é que Sever do Vouga tem necessidade de se candidatar a este empréstimo, atendendo ao facto de poder estar na situação em que poderia regularizar isso sem se candidatar a este empréstimo. Finalmente, perguntou, porque é que, na consulta às instituições financeiras, não foram consultadas todas as instituições financeiras, porque julgava que seria útil e considerava que não seriam muitas mais do que as que aqui estão e poderia, eventualmente, resultar daqui um *spread* mais interessante do que o conseguido. -----

Presidente da Câmara: Disse que, este programa de regularização extraordinária de dívidas ao estado é a segunda oportunidade já concedida, quer para o Estado, como para os municípios. É um programa em que a própria Associação de Municípios pediu para que os municípios aderissem, pois era um programa que reivindicavam há muito tempo, para colmatar atrasos nos financiamentos externos. Em relação às questões colocadas pelo membro Francisco Ferreira disse que, este empréstimo está sujeito às regras impostas para a sua aprovação, designadamente, em função do limite de endividamento do município, mediante contrato a celebrar de acordo com as instruções da DGTF e supervisão da DGAL. -----

Por último, informou que o município poderia ter recorrido a um empréstimo pela via normal, mas decidiram acorrer a este programa porque tem condições muito vantajosas para a autarquia. -----

Depois de concluídas todas as intervenções e dada a resposta pelo presidente da câmara, foi a proposta submetida a votação, tendo a assembleia municipal aprovado, por maioria, autorizar o município a contratar o empréstimo de 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) no âmbito do “Programa de Regularização de Dividas ao Estado”. Esta deliberação foi tomada para efeitos do previsto na alínea d) n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Votação: **Vinte votos a favor** – de Albano de Amaral e Macedo; Alexandre Fernandes Tavares; António Fernando da Silva Dias; António Nunes Tavares; Belmiro Manuel Marques; Claudino da Fonseca Soares; David da Silva Alves; Edgar Jorge Ribeiro da Silva; Fernando da Silva Oliveira; Harolde Soares da Silva Balaia; João Pereira Henriques; José Dias da Silva; José Loureiro dos Anjos; José Luís da Silva e Almeida; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; José Tavares Coutinho; Júlio Martins Fernandes; Maria Elisabete Martins Henriques; Severo Mendes Pereira e Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes; **Sete abstenções** – de Cláudia Maria Rodrigues da Silva; Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; José Tavares Batista Braga; Manuel Henriques Soares; Nuno Miguel Matos Silva; Rui Manuel Batista Rocha e Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira. -----

4 – Outros assuntos: Não foi apresentado qualquer proposta para ser apreciada em outros assuntos. -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Neste período foram registadas as intervenções: -----
Nada mais havendo a tratar, cerca das 19h30m, deu-se como concluída esta sessão,

tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
